

**ATA N.º 4 - 2015**

**Assunto: reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 6 de maio de 2015, pelas 10 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo estado presentes os seguintes membros do Conselho Académico (CA):

**Membros docentes:**

Prof. Doutor João Oliveira Miranda

Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lurdes Pereira

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Prof. Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde

**Membros não docentes:**

Senhora D. Conceição Feiteiro

Dr. Miguel Martins

**Membros discentes:**

André Pinto

Filipe Nascimento

Graça Silveira

Lucas Costa Velho

Também participaram na reunião nos termos regulamentares, sem direito de voto, a Diretora Executiva, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Carreira, o Senhor José Vitorino, Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAF DL), e a Chefe de Gabinete do Diretor, Dr.<sup>a</sup> Heloísa Oliveira.

JDP  
RAC

A reunião obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2) Obras do 3.º piso;
- 3) Obras de reorganização de serviços administrativos;
- 4) Preparação do ano letivo: regulamento de prestação de serviço docente;
- 5) Outros assuntos.

Antes de se iniciar a discussão do ponto 2., o Diretor da Faculdade solicitou o aditamento à Ordem de Trabalhos da matéria das propinas e vagas para o ano letivo de 2015/2016, atendendo à urgência de que se reveste o cumprimento dos correspondentes prazos junto da Reitoria. A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade, tendo sido decidido que estes assuntos seriam discutidos após o ponto 3.

### **1) Aprovação da Ata da reunião anterior**

Em virtude de não ter sido possível aos Conselheiros apreciarem em tempo o projeto de Ata da reunião anterior, foi decidido por unanimidade transferir este ponto para a próxima reunião do Conselho Académico.

### **2) Obras do 3.º piso**

O Diretor da Faculdade destacou o facto de as obras de remodelação do 3º piso terem criado um espaço de trabalho invejável no qual irão finalmente ser instaladas duas unidades administrativas técnico-científicas estatutariamente consagradas, o Gabinete de Consultoria Jurídica (GCJ) e o Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL). E acrescentou que a inauguração das instalações, prevista para o dia seguinte, conta com a presença confirmada de Altas Individualidades, esperando-se naturalmente que a este evento se associe toda a Faculdade. Trata-se, disse, de um momento que torna visível a aposta da Faculdade na vertente da prestação de serviços à comunidade e numa potencial fonte de receitas para o orçamento da instituição.

Em seguida, o Diretor deu a palavra ao Conselheiro João Miranda, que apresentou os custos das obras de remodelação do 3º Piso, no montante aproximado de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), explicando ainda ter-se tratado de uma intervenção estruturante que visou recuperar um espaço devoluto com cerca de 300 m<sup>2</sup>, afetando-o a utilizações de elevado interesse institucional.

O Diretor felicitou os membros da equipa de projeto das obras pela sua ação rigorosa e eficaz.



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Conselheira Conceição Feiteiro perguntou ao professor João Miranda se as instalações do 3º piso iriam ter equipamento informático próprio, e se assim fosse, se o custo já estava incluído nos 600 mil euros, tendo o Professor João Miranda esclarecido que não é necessário equipamento informático próprio, será usado o equipamento informático da Faculdade.

A Conselheira Graça Silveira perguntou quando se iniciaria a atividade do CARL, tendo o Conselheiro João Miranda respondido que tudo dependia da autorização pelo Ministério da Justiça, esperando contudo que fosse dada até Setembro, aproveitando ainda para esclarecer que o GCJ e os Serviços de Mediação podiam começar a funcionar de imediato.

O Presidente da AAFDL considerou que o CARL constitui uma iniciativa de grande importância para o futuro da FDUL, acrescentando que deve existir uma política de saídas profissionais mais associada ao CARL.

O Diretor saudou a intervenção do novo Presidente eleito da AAFDL e esclareceu que tanto o CARL como o GCJ têm uma lógica de envolvimento dos estudantes nas suas atividades, configurando-se o recurso ao apoio de estudantes, a existência de um espaço de investigação aberto aos alunos e uma articulação do funcionamento do Centro com as aulas de disciplinas do 1º e 2º ciclos.

Às 10.45 h, entrou na sala o Presidente do CARL, Professor Doutor Domingos Farinho, que foi convidado pelo Diretor para participar nesta reunião, a fim de informar os membros do Conselho Académico sobre os objetivos que o CARL pretende prosseguir.

O Professor Domingos Farinho começou por salientar que o CARL assenta em três pilares: o centro de arbitragem propriamente dito, dedicado não só à arbitragem mas desenvolvendo também uma atividade de mediação; a formação interna, onde se privilegiará o contacto entre o centro e a comunidade académica através da realização de aulas, estágios, audiências, ou seja, atividades que complementam a componente prática do curso de Direito, funcionando de certa forma como um “Clínica Universitária de Direito” e, por fim, o terceiro pilar, consistirá na oferta de formação a entidades externas. Sublinhou também a importância de encetar dinâmicas de trabalho com novos parceiros externos à FDUL, servindo a arbitragem como um ponto de ligação e assegurou ainda que a mais-valia do centro arbitragem é a sua dimensão académica e universitária, sendo esse o seu traço distintivo face a todos os outros centros. Por fim, explicou que a autorização do Ministério da Justiça demora entre três a seis meses e que o CARL concentrará a sua atividade na média arbitragem, oferecendo instalações de referência, fácil acessibilidade e ótimas condições, com um secretariado executivo de alto nível.

O Diretor agradeceu a valiosa participação do Professor Domingos Farinho na instalação do CARL, que, assim, disponibilizou à Faculdade a sua experiência única neste domínio, uma experiência que inclui um papel relevante na instalação de 10 outros centros de arbitragem.

A Conselheira Conceição Feiteiro questionou o Professor Domingos Farinho sobre a lista de pareceristas (tendo em atenção o que tinha sido dito pelo Professor João Miranda de que as funções seriam exercidas em regime de acumulação), relativamente ao cuidado de se verificar se algum dos inscritos para parecerista estaria em regime de exclusividade com a Faculdade, tendo o Professor Domingos Farinho respondido que era uma questão importante e que iria ter em atenção.

O Conselheiro Filipe Nascimento saudou a iniciativa, elogiando sobretudo a inclusão de estudantes no projeto.

O Conselheiro André Pinto observou que a criação do CARL enriquece o funcionamento da FDUL, designadamente, pelas possibilidades que abre à inserção dos alunos, tendo ainda perguntado se o CARL seria autossustentável. O Professor Domingos Farinho elucidou que a autossustentabilidade do CARL depende de vários fatores, em especial, do valor dos processos, admitindo contudo que se possa conseguir o equilíbrio da exploração em dois anos, dois anos e meio, tendo ainda a expectativa que a cedência de espaço do CARL a terceiros possa proporcionar uma receita razoável à FDUL, dada a forte procura deste tipo de espaços, os quais também poderão ser cedidos para a realização de atividades de mediação.

O Conselheiro Lucas Costa Velho saudou a importância de que se reveste esta iniciativa, esperando que o material de trabalho do CARL pudesse ser disponibilizado para consulta dos alunos. O Professor Domingos Farinho esclareceu que o Regulamento do CARL acautela essa possibilidade.

### **3) Obras de reorganização de serviços administrativos**

Antes de dar a palavra à Diretora-Executiva, o Diretor apresentou o projeto, explicando que ele surgia na sequência das intervenções já feitas no mandato do anterior Diretor, com a transferência da Tesouraria e dos Estudos Pós-Graduados para o piso 0.

A Diretora-Executiva observou que as atuais necessidades de aumento da área afeta aos serviços administrativos, atendendo à necessidade de contratação de mais pessoal, determinaram esta proposta de requalificação da zona presentemente abrangida pelas salas 10.13 a 10.17, a qual, após profunda intervenção, integrará o Gabinete de Informática, a Divisão Administrativa (o Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial e o Núcleo de Gestão de Recursos Humanos) e o Centro de Apoio ao Estudante (CAE). Será também criada uma zona de Arquivo, bem como uma nova Copa, adequada à dimensão da Faculdade e proporcionando uma zona efetiva de descanso para os funcionários.

A Chefe de Gabinete do Diretor, Dr.<sup>a</sup> Heloísa Oliveira, explicou detalhadamente em que consistiam as obras, assim como a razão de ser das opções tomadas, tendo em conta os quatro problemas identificados na reunião com os funcionários: falta de luz natural, humidade, segurança e pé-direito baixo. Explicitou que as obras implicavam



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

a supressão do corredor, mantendo-se apenas aquele que confina com a Divisão Académica, de modo a permitir a existência de luz natural e a circulação natural de ar, prevendo-se que todos os serviços tivessem vidro transparente desde o teto até ao chão e portas de acesso ao exterior. Acrescentou ainda que a zona exterior consistiria num pequeno jardim, de uso privativo daqueles serviços.

A Conselheira Conceição Feiteiro começou por recordar o espírito humanista que presidiu ao relacionamento do Professor Jorge Miranda com os funcionários da Faculdade, o qual, enquanto Presidente do Conselho Diretivo, sempre procurou ao longo dos seus mandatos assegurar-lhes as melhores condições de trabalho, tendo permanentemente em consideração as suas opiniões e preocupações, ao contrário das orientações atuais que visam impor aos trabalhadores não docentes soluções que veementemente repudiam. Em sua opinião, deveria seguir-se o exemplo do Senhor Professor Jorge Miranda que durante a vigência do seu mandato conseguiu a construção de um novo edifício e de uma nova Biblioteca, pelo que se deveria insistir com o Governo no desbloqueamento das verbas disponíveis para a construção de um novo edifício que alocasse os institutos e os centros de investigação e se avançasse para a extensão da Biblioteca, pois na sua opinião, isso sim, seria crescimento. Concluiu a sua intervenção, fazendo um resumo dos problemas identificados na reunião de funcionários realizada na véspera e que justificam a sua esmagadora oposição às obras de reorganização dos serviços administrativos que estão previstas, posição que merece o seu total apoio.

O Diretor destacou o papel fundamental dos trabalhadores da FDUL e declarou que a reorganização dos serviços depende do estrito cumprimento das regras em matéria de condições de trabalho.

O Conselheiro Filipe Nascimento perguntou, em seguida, quais serão os custos das obras e os prazos de execução, caso o projeto avance.

O Conselheiro Miguel Martins considerou positiva em termos funcionais a concentração dos serviços administrativos, além de ainda ter a vantagem de libertar espaço para salas de aulas, observando contudo que o projeto deve ter em conta o número de Trabalhadores que o espaço visa acolher e a instalação da copa em condições que não perturbem os serviços nomeadamente com problemas de ruído e de cheiros.

O Conselheiro Lucas Costa Velho lembrou que existem aulas a funcionar naqueles locais, que poderão ser transferidas para os espaços libertados pelas obras de reorganização que estão previstas. Observou também que o projeto representa um ganho nas condições de trabalho e descanso, bem como de carácter organizacional. Em resposta, a Conselheira Conceição Feiteiro afirmou não haver comparação entre a utilização daquele espaço pelos alunos e pelos funcionários, dado que os funcionários trabalhariam lá 8 horas por dia, 11 meses por ano, ao contrário dos alunos, que só ocupam o espaço durante as aulas.

R. Almeida

A Conselheira Graça Silveira questionou se a sala onde está instalada ELSA também seria afetada pela requalificação daquela zona e se a Direção tinha em mente uma nova sala a ser atribuída à mesma.

O Presidente da AAFDL tomou a palavra, observando que o CAE tem provavelmente as piores condições de trabalho, manifestando-se ainda favorável à mudança de localização do Gabinete de Informática e concluiu, apelando ao consenso entre funcionários, docentes e alunos.

O Conselheiro Nuno Cunha Rodrigues começou por observar que, a seu ver, é impensável que esta alteração se possa fazer contra a vontade do pessoal não docente, considerando, por outro lado, que as salas não têm atualmente condições para dar aulas, sofrendo nomeadamente de problemas térmicos e de insonorização. Referiu ainda que havia outras obras relevantes a fazer na Faculdade, designadamente relativas à eficiência energética dos edifícios.

O Conselheiro Rui Ataíde considerou natural que a esmagadora maioria dos funcionários não concordasse com a transferência dos serviços, dada a penosidade de que se reveste o cumprimento de um horário completo de trabalho num piso subterrâneo, ao contrário do que sucede com docentes e alunos que, no máximo, estão circunscritos àqueles espaços pelo tempo máximo de duas horas consecutivas. Consequentemente, exprimiu a sua oposição a que a reorganização dos serviços se efetuasse nas condições previstas, propondo que fosse ponderada uma localização alternativa para a sua concentração.

A Chefe de Gabinete do Diretor, Dr.<sup>a</sup> Heloísa Oliveira, observou, em resposta à questão colocada pelo Conselheiro Filipe Nascimento, que, independentemente da localização, quaisquer obras teriam de ser realizadas em período de férias. Acrescentou ainda, em resposta à observação do Conselheiro Nuno Cunha Rodrigues, que já foi adjudicada a certificação energética, cujas conclusões naturalmente implicariam intervenções nos edifícios, mas que tal já só seria executado noutra mandato. Reiterou, contudo, que, após análise do projeto e da legislação, concluía que eram cumpridas as regras em vigor relativamente à luz, ventilação, instalações sanitárias e dimensão da copa, devendo ser evitadas as apreciações subjetivas, dado que existem critérios legais para garantir o bem-estar dos trabalhadores. Nesse sentido, seria útil solicitar um parecer técnico independente, que assegurasse o cumprimento destas condições.

O Diretor concluiu o debate, registando a existência de consenso sobre a necessidade de se garantir todas as condições de trabalho e, portanto, de recolher o parecer objetivo e de especialistas independentes nesta área.

#### **4) Preparação do ano letivo: regulamento de prestação de serviço docente**

Dado o adiantado da hora e por força da prioridade de que se reveste uma decisão sobre as propinas e vagas para o ano letivo de 2015/2016, a fixar até dia 8 de maio (conforme



solicitação da Reitoria, a que aludiu o Conselheiro Miguel Martins) foi decidido por unanimidade adiar para a próxima reunião do Conselho Académico a discussão dos temas que figuravam no nº 4 da ordem de trabalhos que acompanhava a convocatória.

### **5) Propinas e vagas para o ano letivo de 2015/2016 (aditado)**

Posta à votação, foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta de propinas para o ano letivo de 2015/2016:

1º Ciclo: 1063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos);

2º Ciclo:

Mestrado Profissionalizante: 1063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos) por ano letivo;

Mestrado Científico: 1500€ (fase curricular 2015-2016); 1200€ (fase da dissertação 2015-2016);

Doutoramento: 2750€ (fase curricular 2015-2016); 1850€ (por ano letivo, da fase da tese com início em 2015-2016).

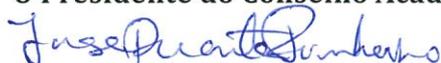
As vagas para o 1º Ciclo foram fixadas em anterior reunião do Conselho Académico em 510 para o curso diurno e 90 para o noturno.

As vagas para o 2º e 3º Ciclos revestem-se de carácter meramente indicativo, tendo sido definidos os seguintes quantitativos:

- No Mestrado Profissionalizante, foi definido o *numerus clausus* de 100 vagas para as áreas de Ciências Jurídico-Forenses e Jurídico-Empresariais e de 60 vagas para as restantes áreas.
- No Mestrado Científico, foi decidido manter o *numerus clausus* de 200 vagas que já vigorou no ano letivo de 2014/15;
- No Doutoramento, foi decidido elevar o *numerus clausus* para 60 alunos.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade encerrou os trabalhos às 13h10.

**O Presidente do Conselho Académico**



Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

**O Secretário**



Prof. Doutor Rui Ataíde